

■ Criando o Comum e Fraturando o Capitalismo: uma troca de cartas entre Michael Hardt e John Holloway (Parte I)⁸²

Caro John,

Uma das coisas que eu adoro no livro *Crack Capitalism*⁸³, e que também aparece em *Change the World Without Taking Power*⁸⁴, é que o fio condutor tece uma genealogia da revolta. Em outras palavras, você começa com a indignação, a fúria e a raiva que as pessoas sentem, mas não pára por aí. A sua argumentação desenvolve o tema da revolta a partir, tanto da prática criativa, como da investigação teórica.

Por outro lado, embora a recusa seja essencial, talvez até o elemento principal da sua tese, em especial a ruptura ou o êxodo das formas sociais do capitalismo, cada força destrutiva deve ser acompanhada por outra criativa, cada esforço por derrubar o mundo que nos cerca deve ter também o objetivo de criar outro mundo. Além do mais, esses dois processos, o destrutivo e o criativo, não são separados, mas estão reciprocamente incorporados ou entrelaçados um ao outro. Por essa razão, como você mesmo afirma, não faz qualquer sentido adiar a criação de uma nova sociedade para um momento posterior ao colapso total ou à demolição da sociedade capitalista. Pelo contrário, nós devemos lutar agora para criar uma nova sociedade no coração da antiga, ou melhor, em suas fraturas [*cracks*], seus interstícios.

Não obstante, você demonstra como a revolta deve levar não apenas ao âmbito da prática, mas também à inovação teórica. Embora o seu livro comece com os casos e o estado afetivo da resistência prática, a hipótese central envolve uma investigação conceitual, ainda mais importante, a meu ver, sobre o papel e o potencial de nossas capacidades produtivas na sociedade capitalista. Eu não pretendo colocar aqui uma separação entre prática e teoria. Na verdade, a sua linha de raciocínio requer que ambos os domínios estejam totalmente articulados e entrelaçados. Para mudar o mundo, nós precisamos não somente agir de forma diferente, mas também pensar de forma diferente, o que exige que trabalhemos em conceitos e algumas vezes inventemos novos conceitos.

82 Tradução Alexandre F. Mendes.

83 Cf. HOLLOWAY, J. *Crack Capitalism*. London: Pluto Press, 2010 [N.T]

84 O livro recebeu uma edição em português: HOLLOWAY, J. *Mudar o mundo sem tomar o poder*. Trad. Emir Sader. São Paulo: Viramundo, 2003 [N.T]

O argumento central do livro, que distingue o “fazer” [*doing*] e o trabalho [*labor*] e identifica a abstração como a força primeira da dominação capitalista, parece-me profundamente Marxista. Talvez pareça paradoxal essa afirmação, porque você cuidadosamente contrasta a sua hipótese com a tradição da ortodoxia Marxista, situando o seu ponto de vista, ao revés, nos próprios escritos de Marx - esclarecendo, algumas vezes, o que ele realmente diz e demonstrando como o que foi dito contraria a ortodoxia Marxista e, outras vezes, indo mesmo para além de Marx.

Embora a sua argumentação se situe, de fato, contra a ortodoxia marxista tradicional, o fato de ler Marx contra o marxismo e, nessa esteira, ir para além de Marx, o coloca de forma sólida na linha (ou melhor, em diálogo) com uma forte corrente que já foi denominada de tradição do marxismo heterodoxo, e que tem permanecido ativa desde a década de 1960. Isto é claramente evidente, por exemplo, na reivindicação, central para a sua hipótese no livro, de que o curso de nosso projeto de liberdade depende não de uma liberação “no” trabalho, ideia capitaneada pelos Marxistas ortodoxos e pela ideologia Soviética, mas de uma liberação “do” trabalho. Eu vejo essa consideração como um slogan essencial ou um princípio dessa tradição heterodoxa.

Uma questão que me ocorre é que enquanto, na década de 1970, o Marxismo ortodoxo era dominante, apoiado pelas ideologias de vários partidos comunistas oficiais, hoje essa linha de interpretação está virtualmente desacreditada em sua totalidade. No sentido contrário, a teoria Marxista hoje é fundamentalmente caracterizada, no meu ponto de vista, pelo o que antes costumava a ser a linha heterodoxa, a qual você e seus colegas ajudaram a desenvolver na Conferência de Economistas Socialistas, em colaboração com tendências similares na Itália, Alemanha e França. Isto é uma coisa boa e faz com o que a teoria Marxista seja hoje mais interessante e relevante.

Não quero com isso constranger você para dentro do Marxismo. Como você, eu me importo muito pouco se o meu trabalho é qualificado de Marxista ou não. Eu geralmente acho que os Marxistas me acusam de não ser Marxista o suficiente e os não-Marxistas me culpam por ser muito Marxista. Nada disso importa para mim. O importante, de fato, é como eu posso considerar útil o trabalho de Marx e tive a impressão que você também o considera útil nesse livro.

Uma ressonância profunda e importante que a sua argumentação neste livro compartilha com os escritos de Marx reside na identificação do trabalho [*labor*] (ou capacidade produtiva humana) como o terreno, tanto da nossa exploração, como do nosso poder. Você menciona essa dualidade distinguindo o “traba-

lho” [*labor*] (o qual você identifica como a produção em um regime de abstração capitalista) do “fazer” [*doing*] (conceito que me parece muito próximo da noção de Marx de “trabalho vivo”).

Por outro lado, o capital precisa de nossas capacidades produtivas, e não pode existir e se reproduzir sem elas. O capital, em outras palavras, não só nos oprime e nos domina, mas nos explora, o que significa que ele deve constantemente procurar domesticar e comandar nossas forças produtivas no interior do limitado recorte de seu sistema social. Em seu raciocínio isso é realizado essencialmente pelos processos de abstração.

No entanto, nossas capacidades produtivas sempre excedem e são potencialmente autônomas do capital. Essa dissimetria é crucial: ao passo que o capital não pode sobreviver sem o nosso trabalho, nossas capacidades produtivas podem potencialmente existir e prosperar sem a organização capitalista. De fato, como você demonstrou, há sempre inúmeras instâncias de nossa autonomia produtiva que existem nas fraturas [*cracks*] e interstícios da sociedade capitalista. Elas são extremamente importantes, mas não são suficientes. O seu projeto é criar redes sociais alternativas de cooperação autônoma e produtiva que podem, como eu disse antes, construir uma sociedade livre a partir de dentro da sociedade capitalista.

Quando li *Crack Capitalism*, então, pareceu-me que se “*Change the World*” adotou e estendeu o projeto da abolição do Estado, mesmo uma abolição no interior de nossas mentes e práticas, o livro atual trabalha a partir do projeto de recusa do trabalho – com a compreensão de que cada rebelião contra o regime de trabalho capitalista é também, necessariamente, o desenvolvimento de nossas próprias e autônomas capacidades para “fazer”, que a destruição da sociedade do trabalho é acoplada com a criação de uma nova sociedade baseada na noção alternativa de produção e de produtividade.

Isto me conduz a uma questão primeira, inicial. Sabemos que o regime de trabalho capitalista tem desenvolvido, de forma extraordinária, sistemas de cooperação e organização social, que funcionam por disciplina e controle. Você analisa isto principalmente através das lentes da abstração. Os movimentos de trabalhadores do *mainstream* e, especialmente os sindicatos industriais, desenvolveram também formas de organização e disciplina que funcionam como um contrapoder, mas, de acordo com a sua análise, isso também, como no regime capitalista, se dedica a organização do trabalho abstrato. Acho que entendo essa crítica e concordo com ela em grande parte, com a ressalva de que, como você afirma, citando o livro excelente de Karl Heinz Roth, publicado nos anos 1970, tem sempre havido um “outro” movimento de trabalhadores.

Minha indagação, portanto, consiste em como nossas práticas produtivas autônomas, nosso “fazer”, podem ser organizadas e sustentadas como formas sociais alternativas? Acho que você iria concordar que os esquemas de cooperação e coordenação relativas às nossas práticas de fazer não são espontâneos e precisam ser organizados. Eu acrescentaria que precisamos criar instituições de cooperação social, e você talvez concorde com isso, principalmente se eu esclarecer que por instituição não digo uma estrutura burocrática, mas, antes, como os antropólogos usam o termo, uma prática social reiterada, um hábito, que estrutura relações sociais.

Que instituições nós já temos que preenchem esse papel e que outras podemos desenvolver? E, de forma mais específica, que relação elas podem ter com as tradições sindicais? A questão aqui não é rejeitar inteiramente as tradicionais organizações dos trabalhadores, mas, em alguns aspectos, estendê-las e transformá-las. Nesse ponto, eu gostaria de explorar as inovações que se referem à organização contemporânea do trabalho que apontam na direção dessa chave de argumentação.

Poderíamos imaginar, ao invés do movimento de trabalhadores tradicional, uma associação ou sindicato de “fazedores”, ou melhor, uma instituição social do “fazer”? Quais seriam os seus mecanismos de cooperação social e estruturas de organização? Não tenho certeza se você tem respostas para essas perguntas, eu mesmo não tenho a pretensão de tê-las, mas creio que você dispõe de algumas trilhas para pensar como podemos desenvolver estruturas e instituições de uma sociedade do “fazer”, e é para esse campo que eu gostaria de, primeiramente, direcionar a nossa troca.

Saudações, Michael.

Dezembro, 2010.

Caro Michael,

Muito obrigado pelos comentários e pelo tom que você neles adotou, o qual me parece muito adequado: um forte senso de cumplicidade nas questões e direções adotadas e um desejo de avançar, de ir adiante, ao explorar nossas diferenças. Isto revela, consideravelmente, o que senti ao ler *Commonwealth*⁸⁵: uma percepção de intensa proximidade entre as suas preocupações e as minhas, um sentimento de caminhar ombro a ombro, algumas vezes com eles bem próximos, outras deslocando-os para distintas direções, produzindo uma sequência de solavancos de admiração, entusiasmo e exasperação.

A questão que você levantou, com precisão, no final de sua carta é correta porque atinge diretamente uma das minhas principais inquietações ao ler *Commonwealth*: a questão das instituições, a qual você e Toni enfatizam bastante e que desenvolvem especialmente na última parte do livro. Nossa preocupação, creio eu, é a mesma, mas a resposta que damos é consideravelmente diferente. Nossa mútua preocupação é: como seguimos depois de explosões de raiva, as “jacqueries⁸⁶”, em suas palavras?

O “argentinazo” de quase dez anos atrás, quando as pessoas nas ruas argentinas derrubaram quase um presidente após o outro, com o ressonante grito “que se vayan todos”, o movimento alterglobalização e os incríveis protestos contras as Conferências em Seattle, Cancun, Genova, Gleneagles, Rostock, entre outros; as explosões de fúria no ano passado na Grécia, França, Itália, Grã-Bretanha, Irlanda e agora, enquanto escrevo, na Tunísia, Egito, Argélia.

Ótimo. Nós aplaudimos, pulamos de empolgação. Mas e aí? Como prosseguimos? Nós dois concordamos que a fúria não é suficiente, que é preciso existir um momento positivo. Concordamos que a resposta não é construir um partido e ganhar a próxima eleição ou tomar o controle do Estado. Mas se não for isso, então o quê? Como podemos avançar? A resposta que você oferece é “institucionalizem-se”. Criar instituições para conferir duração para as conquistas da “onda de revoltas”. E eu gostaria de dizer: não, não e não. Esse não é o caminho, essa é uma proposta perigosa.

85 Cf. NEGRI, A; HARDT, M. *Commonweath*. USA: Press of Hard University, 2009 [N.T].

86 A *jacquerie* ou revolta dos Jacques foi uma insurreição camponesa que teve lugar no Norte da França, entre 28 de maio e 09 de julho de 1358, durante a guerra dos cem anos. A revolta iniciou-se de forma espontânea, refletindo a sensação de desespero em que viviam as camadas mais pobres da sociedade, depois da Peste Negra. As elites acabaram por esmagar a revolta, matando, no processo, cerca de vinte mil homens, o que viria a contribuir com o problema demográfico do país. Fonte: pt.wikipedia.org. Acesso em 18 de fevereiro de 2013 [N.T.].

Certamente, não quero criar caricaturas do que você está dizendo. Contra esse risco, há um considerável teor de cuidado e sutileza em sua argumentação. Na sua carta você diz: “eu acrescentaria que precisamos criar instituições de cooperação social, e você talvez concorde com isso, principalmente se eu esclarecer que por instituição não digo uma estrutura burocrática, mas, antes, como os antropólogos usam o termo, uma prática social reiterada, um hábito, que estrutura relações sociais”. Por que eu não concordo?

Primeiramente, porque embora você defenda uma compreensão extensa de institucionalização, abre uma porta pela qual a distinção dos dois significados acaba ficando turva. As práticas sociais reiteradas escorregam facilmente para a estrutura burocrática e, ao menos que você crie uma distinção bem aguda de ambas (utilizando diferentes palavras, por exemplo), há um risco de legitimar esse desliz. No livro, a distinção é às vezes clara, mas em outras, parece evaporar, como na surpreendente sugestão da p. 380, de que as agências da ONU poderiam garantir uma renda mínima garantida global (aqui, a mente fica alarmada). Institucionalização leva a políticas centradas no Estado – como você pode sequer imaginar conseguir tal garantia da ONU?

Em segundo lugar, continuo discordando porque institucionalização sempre significa projetar o passado no futuro. Mesmo no sentido fraco, como uma prática social reiterada, ela cria uma expectativa de que os mais jovens deveriam se comportar da mesma maneira como seus pais (ou outros irmãos) se comportaram. Mas não, eles não devem. “Esta não é a maneira de agir, vocês deveriam fazer assim”, diziam os veteranos de 1968 para os estudantes na greve UNAM em 2000, mas felizmente (ou não) os estudantes não prestaram qualquer atenção. Institucionalização é sempre uma consagração da tradição, não é mesmo? O que dizer daquilo que Toni escreveu alguns anos atrás sobre a tradição ser inimiga da luta de classes? Eu não me lembro exatamente como foi e aonde, mas eu certamente me lembro de ter achado o comentário maravilhoso.

Em terceiro lugar, a institucionalização não funciona, ou não da maneira para a qual está destinada. Existe um fluxo de lutas, um fluxo social de rebelião (como o meu amigo Sergio Tischer afirma) que não pode ser controlado e que, repetidamente, varre para fora as instituições concebidas para canalizá-lo em uma determinada direção. A minha impressão é que você coloca muito peso nas instituições na sua compreensão da sociedade. Pode o amor ser institucionalizado? Eu concordo completamente com a sua ousada percepção da força revolucionária do amor, mas, por conseguinte, você precisa indagar, pode o amor ser institucionalizado? Claro que não. Mesmo se dissermos que não estamos falando de um

contrato de matrimônio, mas apenas de uma “prática social reiterada, um hábito”, então provavelmente a experiência de todos nós é que o amor constantemente se confronta com o hábito. O amor pode sobreviver bem em um contexto de prática social reiterada, mas somente se ele se move, permanentemente, dentro-contra-e-além dela.

Pense no Fórum Social Mundial, a primeira instituição que emergiu no movimento alterglobalização. Eu não estou, em particular, me opondo ao Fórum e penso que ele pode prover um útil e agradável espaço de encontro, mas, ao contrário das intenções da maioria dos participantes, ele tende a promover a burocratização do movimento e claramente não se constitui como uma chave para a revolução. Institucionalização (ampla ou estreita) significa tentar ajustar a vida a trilhos de trem ou rodovias, enquanto rebelião é uma constante tentativa de quebrar com tudo isso, de inventar novas formas de fazer as coisas.

A proposta de criar instituições, a meu ver, diz que as antigas vias para a revolução não funcionam mais e que precisamos criar novas vias para aqueles que querem nos acompanhar na caminhada. Mas certamente não: a revolução é sempre um processo de construção do nosso próprio caminho. “Se hace el camino al andar” consiste em uma parte integral do processo revolucionário. Vejo a ideia de institucionalização como um aspecto da organização da atividade humana na forma do trabalho abstrato, ou seja, exatamente aquilo contra qual lutamos.

“Muito fácil”, você pode dizer, e claramente teria razão. Não deveria existir alguma forma de organização social? Certamente. Mas nossas formas de organização, as formas de organização que apontam para uma sociedade diferente, não podem ser pensadas como fixas. Nós temos ideias, princípios, experiências e direções que são, mais ou menos, comuns aos movimentos contra o capitalismo, mas levando em conta que nós mesmos, nossas práticas e ideias, estão tão marcadas pela sociedade contra a qual lutamos, as formas de organização só podem ser experimentais, um processo que se move por erros, acertos e reflexões.

Mas não deve haver uma reunião das fraturas [*cracks*]? Sim, e penso que este é um tema não suficientemente tratado no meu livro. Gostaria de desenvolver mais tarde, de alguma forma, a questão da confluência de fraturas, tanto na forma de uma inspiradora pradaria que é clareada por chamas, como na organização prática da cooperação.

Mas ressalto duas coisas. Primeiro, creio que o pensamento institucional é provavelmente um obstáculo para percebermos a prática e o potencial desta dita confluência. Segundo, é importante pensarmos a confluência como um experimento que sempre se move do particular, e não como uma cartografia do futuro

que se move desde a totalidade, como eu penso que é uma tendência no seu livro. Nós estamos nas fraturas e pressionando a partir delas. Nosso problema é quebrar e ir além, não erguer um sistema alternativo de governança. Nós podemos tentar seguir as práticas dos movimentos existentes, criticá-los e ver como a confluência é ou não atingida, mas não podemos estabelecer um modelo para o futuro.

A dignidade é uma dança saltitante, sugiro em meu livro. A dúvida que surge é que talvez nós não sejamos capazes de tamanha agilidade. Talvez sejamos apenas capazes de nos mover vagarosamente. Talvez precisemos de instituições como muletas para consolidar cada passo dado. Mesmo concebendo a questão dessa forma, aprender a andar passa por jogar fora as muletas. Traímo-nos se não acoplarmos subversão com institucionalização. Se nos institucionalizarmos, então devemos subverter, na mesma e única respiração, as nossas próprias instituições.

Isto tem a ver também com a questão da identificação. No “Change the World...”, aceitei que seria, algumas vezes, importante afirmarmos nossa identidade, mas tão somente se, no mesmo passo, efetuarmos sua subversão ou superação, o que é similar ao que você e Toni dizem no debate sobre identidade. Portanto, institucionalize-e-subverta é uma fórmula que considero mais atrativa, mas mesmo assim não gosto dela. A institucionalização pode ser inevitável às vezes, mas na tensão entre institucionalização e subversão, nós já tomamos lado. O pensamento é subversão. Pensar é mover-se adiante, como disse Ernst Bloch, a quem você cita várias vezes no livro, mas que Toni⁸⁷, de forma imperdoável, caracteriza como um filósofo burguês.

A publicação, por certo, é uma forma de institucionalização e participo ativamente dela. Ao publicar o meu pensamento, eu atribuo-lhe uma rigidez. Mas talvez essa troca de cartas seja uma tentativa nossa de subverter esta institucionalidade: o objetivo não é defendermos posições já tomadas, mas nos provocar reciprocamente para irmos além do que já escrevemos.

Então, um assunto inevitável se nós estamos falando de instituições: o que posso dizer do título de seu último capítulo – “Governando a Revolução”? Um oxímoro horroroso? Uma feroz e audaciosa provocação? Ou é uma sugestão séria? Na dimensão de que parece uma sugestão séria, ela certamente me provocou e me horrorizou. O que me deixa incomodado é que a frase sugere uma separação entre governo e revolução, enquanto para mim a revolução é a abolição desta separação. Governar a revolução me fez indagar, imediatamente, a respeito de quem, quem vai governá-la.

87 NEGRI, Antonio “Time for Revolution”, 2003, p. 109

Também a sua afirmação na página 377 de que “humanos são treináveis”, me assustou. Para quem devemos fazer o treinamento? Quem irá governar a sua revolução, que iria treinar os humanos? Se você disser que estamos falando de autogoverno, então tudo bem, mas por que não falar, assim, nas formas organizacionais da autodeterminação, compreendendo que autodeterminação significa um processo de auto-educação, autotransformação? Mas se nós refizermos a indagação nesse sentido, então teremos que dizer imediatamente que as formas organizacionais de autodeterminação são autodetermináveis e, portanto, não podem ser institucionalizadas.

Permita-me abrir um segundo *front* de problematização. Democracia. Você centra a discussão sobre revolução na luta por democracia. A questão da abolição do capital sofre um recuo, então fiquei confuso. Você formula o raciocínio no capítulo 5.3 em termos de um programa para salvar o capital e, depois, diz que não é que esteja abandonando a ideia de revolução, mas que está apenas trabalhando com uma noção diferente de transição.

Eu não estou certo do que você quis dizer com essa diferente noção de transição. Ela parece quase como um programa de demandas transicionais, uma concepção de que podemos atingir uma revolução anti-capitalista através da luta por uma democracia que, sabemos (mas não dizemos abertamente) é incompatível com o capitalismo. O risco é de que quanto mais você fala de democracia e quanto menos de capitalismo, mais a questão da revolução desaparece ao fundo. Creio que é mais simples começar de forma contrária: o capitalismo é uma catástrofe, como nos livramos dele?

Esta carta é exageradamente longa. A culpa é sua por ter escrito um livro tão estimulante. Aguardo suas respostas.

Saudações,
John.

■.....**Michael Hardt** é professor de Literatura da Duke University nos Estados Unidos e publicou vários livros como *Império*, *Multidão* e *Commonwealth*.

■.....**John Holloway** é professor no Instituto de Ciências Sociais e Humanidades na Benemérita Universidad Autónoma de Puebla, no México.